

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes*

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
São José dos Campos - SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

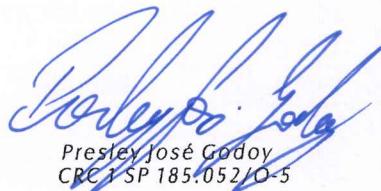
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		42.187.288	44.367.162
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.078.859	712.246
Realizável		41.108.429	43.654.916
Aplicações	5	8.224.131	10.962.328
Títulos e Créditos a Receber	6	28.151.547	29.101.747
Outros Créditos a Receber	7	4.732.751	3.590.841
ATIVO NÃO CIRCULANTE		81.479.336	79.430.841
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.626.347	3.813.886
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	8	2.626.347	3.813.886
IMOBILIZADO		76.921.961	73.560.970
Imóveis de uso Próprio - Hospitalares		37.071.475	36.610.115
Imóveis de uso Próprio - Não Hospitalares		5.642.153	5.291.847
Bens Móveis -Hospitalares		14.967.649	13.891.267
Bens Móveis - Não Hospitalares		1.834.123	1.447.104
Outras Imobilizações - Hospitalares		17.392.854	16.306.930
Outras Imobilizações - Não Hospitalares		13.707	13.707
Intangível	10	1.931.028	2.055.985
TOTAL DO ATIVO		123.666.624	123.798.003

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC ISP 209323/O-2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais**

	Nota	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		34.990.897	32.189.785
Débitos de Operação com Honorários Médicos		7.804.612	6.006.113
Tributos e Contribuições a Recolher	11	2.188.011	1.207.913
Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	12	190.604	194.714
Empréstimos e Financiamentos	13	8.010.418	6.896.830
Obrigações com Pessoal		2.393.588	2.118.680
Provisões		3.635.235	3.416.435
Fornecedores		6.206.217	7.355.358
Subvenções a Realizar	14	1.151.071	3.171.672
Débitos Diversos	15	3.411.141	1.822.070
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		47.457.883	53.598.518
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		47.457.883	53.598.518
Provisões	22	952.931	669.461
Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	12	8.311.093	8.369.974
Empréstimos e Financiamentos	13	31.819.671	36.152.651
Outras Exigibilidades	16	955.983	2.957.082
Subvenções a Realizar	17	5.418.205	5.449.350
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.217.844	38.009.700
Patrimônio Social		41.217.844	38.009.700
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		123.666.624	123.798.003

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC/SP 20952370-2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em Reais

	Nota	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		144.413.690	137.531.962
Receitas de Convênios		103.356.037	101.867.986
Receitas SUS		39.037.314	33.434.023
Outras Receitas		2.020.339	2.229.953
TOTAL DAS RECEITAS		144.413.690	137.531.962
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Glosas		(407.320)	(354.420)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		144.006.370	137.177.542
DESPESAS OPERACIONAIS		(69.208.113)	(59.834.598)
Serviços Médicos Prestados		(40.768.744)	(34.801.079)
Materiais, Medicamentos de Insumos Hospitalares		(28.439.369)	(25.033.519)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(77.577.827)	(67.902.316)
Despesas com Salários e Encargos		(57.272.874)	(51.883.725)
Depreciação		(2.541.516)	(2.274.431)
Amortização		(199.188)	(198.641)
Propaganda e Publicidade		(59.421)	(91.787)
Manutenção Geral		(3.851.862)	(2.892.528)
Serviços Prestados de Terceiros		(3.166.302)	(2.824.340)
Provisão para Perdas		-	(568.136)
Despesas Gerais		(10.486.664)	(7.168.728)
RESULTADO FINANCEIRO		(6.698.174)	(6.999.042)
Despesas Financeiras		(7.356.861)	(8.784.127)
Receitas Financeiras		658.687	1.785.085
RECEITAS PATRIMONIAIS		133.380	259.800
Receitas de Aluquel		133.380	121.800
Indenizações de Seguro		-	128.000
Vendas de Bens do Imobilizado		-	10.000
OUTRAS RECEITAS		18.196.856	13.581.309
IAC	18	2.388.543	2.388.543
Rede Cegonha	18	844.324	844.324
Receita Subvenção (Sustentável)	18	6.399.105	6.399.105
Receitas Subvenção Emenda Estadual		1.795.992	1.476.500
Auxílio Solidariedade	18	417.356	398.003
Receitas de Subvenções com Restrição		2.020.601	364.706
Doações		21.747	35.935
Nota Fiscal Paulista	18	288.964	184.895
Receitas Diversas	19	3.177.697	682.898
Serviços Voluntários	25	842.527	806.400
SUPERÁVIT / (Déficit) DO EXERCÍCIO		8.852.492	16.282.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 15P209523/0-2



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reservas Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	(24.888.396)	19.136.390	31.475.477	-	25.723.471
Reserva de Reavaliação	-	-	(239.196)	239.196	-
Realização da reserva de reavaliação	239.196	-	-	(239.196)	-
Transferência para patrimônio social	-	-	-	(3.996.467)	(3.996.467)
Ajuste de exercício anteriores	(3.996.467)			3.996.467	
Superávit do exercício	-	-	-	16.282.695	16.282.695
Transferência para patrimônio social	16.282.695	-	-	(16.282.695)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	(12.362.970)	19.136.390	31.236.280	-	38.009.700
Transferência para patrimônio social	50.372.670	(19.136.390)	(31.236.280)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores (nota 27)	-	-	-	(5.644.348)	(5.644.348)
Transferência para patrimônio social	(5.644.348)			5.644.348	
Superávit do exercício	-	-	-	8.852.492	8.852.492
Transferência para patrimônio social	8.852.492	-	-	(8.852.492)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	41.217.844	-	-	-	41.217.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC/SP 209523/O-2

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Demonstração das Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais**

Descrição

ATIVIDADES OPERACIONAIS:

	2019	2018
Superávit (déficit) do período	8.852.492	16.282.695
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.856.270	2.545.774
Perdas (ganhos) na alienação sobre ativo imobilizado	173.727	863.407
Ajustes de Exercícios anteriores	(5.644.348)	(3.996.467)
Redução (aumento) do ativo		
Créditos de operações	950.200	(4.427.422)
Bens e títulos a receber	(1.141.910)	(238.974)
Realizável a longo prazo	1.187.540	(1.307.568)
Aumento (redução) do passivo		
Débitos com operações de assistência à saúde	1.798.499	2.045.331
Provisões	218.799	302.318
Tributos e encargos sociais a recolher	975.988	(365.624)
Débitos diversos	(1.305.763)	(1.078.681)
Passivo não circulante	(1.807.655)	1.315.207
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades	(1.738.653)	(4.342.699)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(6.252.475)	(4.225.638)
Aumento de ativos intangíveis	(13.556)	(306.144)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(6.266.031)	(4.531.782)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento de empréstimos	1.113.588	243.000
Pagamento de empréstimos	(4.332.980)	(6.087.929)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(3.219.392)	(5.844.929)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(2.371.584)	1.563.286
Caixa e equivalentes mais aplicações no Início do Período	11.674.574	10.111.288
Caixa e equivalentes mais aplicações no Fim do Período	9.302.990	11.674.574
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(2.371.584)	1.563.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivã Molina
Provedor

Leonice Nunes da Silva
Contadora
CRC/SP 209323/02

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, fundada em 15 de agosto de 1899, é uma Sociedade Civil de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral, sem intuiitos lucrativos, com sede e foro em São José dos Campos, Estado de São Paulo. É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que pertence, e é administrada e mantida pela Irmandade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e de Entidades Sem Fins Lucrativos.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC/SP 209523/0-2
9

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Títulos e Créditos a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Baseada na análise dos valores a receber em aberto, a Administração da entidade entende não ser necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/01

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2019	2018
Caixa	9.432	9.190
Bancos	1.069.427	703.056
Total	1.078.859	712.246

5. APLICAÇÕES

Descrição	2019	2018
Banco do Brasil	794.655	1.353.987
Banco Santander	1.424.218	815.896
Caixa Econômica Federal	3.954.528	8.789.587
Banco Safra	2.049.056	-
Outros	1.674	2.858
Total	8.224.131	10.962.328

Ivani Molinari
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Colaboradora
CRC/SP 20952910-2

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	2019	2018
Convênio	10.636.505	11.990.619
Glosas Recursadas	10.228.471	9.336.422
Glosa a Recursar	1.945.235	1.902.362
SUS	5.054.630	5.512.767
Particular	159.804	101.052
Outros	126.902	100.505
Total	28.151.547	29.101.747

7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	2019	2018
Estoque	3.501.238	2.834.529
Consultoria	465.000	-
Adiantamentos	422.405	360.424
Secretaria do Estado da Saúde	269.406	269.406
Conta transitória	48.842	35.174
Outros	25.860	91.308
Total	4.732.751	3.590.841

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	2019	2018
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhistas	2.014.578	2.019.484
Depósitos Judiciais e Fiscais - Eventos	8.586	908.570
Cobranças Judiciais	505.683	663.855
Depósitos Judiciais e Fiscais - Eventos	-	156.534
Depósitos Judiciais - Encargos	-	38.443
Depósito Caução - Aluguel	97.500	27.000
Total	2.626.347	3.813.886

Ivã Molina
Provedor

Geonice Xunes da Silva
Contadora
CRC-ESP 209523/02

9. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>	<u>Saldo 31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 31.12.19 Atribuído</u>
Custo					
Terrenos	%	25.064.944	360.000	-	25.424.944
Edificações	4%	26.724.528	1.395.402	(22.501)	28.097.429
Instalações	10%	1.889.787	351.343	(8.429)	2.232.701
Máquinas e equipamentos	10%	23.491.515	2.584.977	(233.401)	25.843.091
Computadores e periféricos	20%	1.531.594	499.687	(14.348)	2.016.933
Móveis e utensílios	10%	4.660.104	987.116	(13.219)	5.634.001
Veículos	20%	281.466	73.950	-	355.416
Construção em andamento		14.060.597	-	-	14.060.597
Equipamentos de telefonia	10%	84.479	-	-	84.479
Benfeitorias bens de terceiros	4%	1.077.215	-	-	1.077.215
Total		98.866.229	6.252.475	(291.898)	104.826.806
Depreciação Acumulada					
Edificações		(9.887.510)	(391.945)	-	(10.279.455)
Instalações		(264.831)	(57.496)	-	(322.327)
Máquinas e equipamentos		(10.799.986)	(1.770.489)	125.717	(12.444.758)
Computadores e periféricos		(992.796)	(161.644)	6.191	(1.148.249)
Móveis e utensílios		(2.693.760)	(253.335)	6.610	(2.940.485)
Veículos		(169.661)	(22.173)	-	(191.834)
Equipamentos de telefonia		(67.938)	-	-	(67.938)
Benfeitorias bens de terceiros		(428.777)	(81.022)	-	(509.799)
Total		(25.305.259)	(2.738.104)	138.517	(27.904.845)
Total		73.560.970	3.514.371	(153.380)	76.921.961

10. INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>	<u>Saldo 31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 31.12.2019</u>
Intangível					
Software	20%	3.034.439	13.556	(20.347)	3.027.648
Marcas e Patentes		3.329	-	-	3.329
Total		3.037.768	13.556	(20.347)	3.030.977
Amortização Acumulada					
Software		(981.783)	(118.166)	-	(1.099.949)
Total		(981.783)	(118.166)	-	(1.099.949)
Total		2.055.985	(104.610)	(20.347)	1.931.028

Ivá Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC/SP 209323/0-2

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2019	2018
FGTS a Recolher	423.234	360.152
IRRF a Recolher	719.784	352.785
INSS a Recolher	585.030	281.736
CSLL/PIS/COFINS (4,65%) a recolher	407.872	178.740
ISS a Recolher	46.178	23.050
Outros	5.913	11.450
Total	2.188.011	1.207.913

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – PARCELAMENTO

Descrição	Tipo	No.	Venc.	C. Prazo	L. Prazo	2019	2018
			<u>Parcelas</u>			<u>Total</u>	<u>Total</u>
Multa DCTF	1345	Selic	35	22/11/2022	177.202	104.861	282.063
Imposto de Renda	1285	Selic	08	31/08/2020	-	4.501.217	4.501.217
FGTS	324	-	23	03/11/2021	4.522	457.231	461.753
Imposto de Renda	1194	Selic	56	31/08/2024	-	988.769	988.769
Prefeitura Municipal	-	-	24	21/12/2021	8.880	9.620	18.500
Previdência Social	1233	Selic	92	31/08/2024	-	2.249.395	2.249.395
Total				190.604	8.311.093	8.501.697	8.564.688

Nota Prosus: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos requereu a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atual na Área da Saúde e que participam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (PROSUS) tal pedido de moratória foi DEFERIDO, nas condições estabelecidas pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 3 de fevereiro de 2014, alcançando as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014. Sendo que com o deferimento dos processos administrativos nº 13884.720313/2015/16 e nº 13884.720312/2015-71 em trâmite na Receita Federal e Procuradoria sucessivamente estamos no aguardo da remissão da dívida.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRF-SP 209323/O-2

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>Tipo</u>	<u>Tipo Taxa</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>	<u>C. Prazo</u>	<u>L. Prazo</u>	<u>2019 Total</u>	<u>2018 Total</u>
Banco Fomento BNDES	Desenvolve SP	3,57%	61	15/01/2025	1.984.384	6.819.013	8.803.397	10.909.256
Banco do Brasil S.A	Empréstimos	7,5%+CDI	-	15/10/2022	-	-	-	13.193.438
Caixa Econômica Federal	Empréstimos	1,50% a.m.	58	10/10/2024	6.723.521	25.428.957	32.152.478	38.875.999
Santander	Finame	6,9% a.a.	17	17/05/2021	217.860	90.775	308.635	526.495
Cartão de Credito Safra	Cartão Credito	-	-	-	1.121	-	1.121	-
Cartão de Credito Elo	Cartão Credito	-	-	-	183.693	-	183.693	127.994
Santander	Leasing	13,41% a.a.	43	27/07/2023	86.961	224.650	311.611	63.993
Santander	Leasing	11,42% a.a.	33	04/03/2022	34.150	59.763	93.913	27.015
Santander	Leasing	0,93% a.m.	27	13/03/2022	29.832	37.290	67.122	243.302
Santander	Leasing	15,7% a.a.	32	05/08/2022	61.113	118.983	180.096	2.360
Santander	Empréstimo	1,09% a.m.	50	01/02/2024	3.087.047	7.964.659	11.051.706	-
Safra	Empréstimo	0,85% a.m.	23	16/11/2021	1.185.457	1.022.948	2.208.405	-
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	2.402
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	1.135
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	534
Cartão BNDES	Financiamento	-	-	-	-	-	-	1.087
Juros e Encargos a Apr.					(5.584.721)	(9.947.367)	(15.532.088)	(20.925.529)
Total					8.010.418	31.819.671	39.830.089	43.049.481

14. SUBVENÇÕES A REALIZAR

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Projeto Timemania	1.151.071	3.171.672
Total	1.151.071	3.171.672

15. DÉBITOS DIVERSOS

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de Energia	1.003.653	318.923
Cheques a Pagar	973	76.111
Parcelamento Bandeirante	1.237.727	404.122
Comgás	32.223	55.275
Conta de Água	27.142	19.654
Conta Telefônica	22.511	21.170
Outros	1.086.912	926.815
Total	3.411.141	1.822.070

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC-ESP 209523/O-2

16. OUTRAS EXIGIBILIDADES (LP)

Descrição	2019	2018
Parcelamento Bandeirantes (Energia)	848.744	2.607.514
Fornecedores	107.239	349.568
Total	955.983	2.957.082

17. SUBVENÇÕES A REALIZAR (LP)

Descrição	2019	2018
Projetos a Realizar	5.277.019	5.290.178
Subvenções	141.186	159.172
Total	5.418.205	5.449.350

18. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando os recursos recebidos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

2019:

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2019 R\$	2018 R\$
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Convenio	Rede Cegonha	844.324	844.324
Modalidade: Custeio Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	Convenio	IAC	2.388.543	2.388.543
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Lei 11021/2001	Auxilio Solidariedade	417.356	398.003
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo	Convênio 026/2017	Santa Casa Sustentável	6.399.105	6.399.105
Modalidade: Custeio Órgão: Governo do Estado de São Paulo		Nota Fiscal Paulista	288.964	184.895
Total			10.338.292	10.214.870

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP209523/0-2

19. RECEITAS DIVERSAS

	2019	2018
Receitas Diversas	937.414	1.008
Consultoria	835.000	150.000
(IEP) Receitas de Cursos e Treinamentos	765.067	531.890
Subvenções com Restrição	481.145	-
Ações Judiciais	159.071	-
Total	3.177.697	682.898

20. ATENDIMENTOS SUS

No cumprimento das exigências legais emanadas na Lei n.º 12.101/ 2009 e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como a portaria 834/2016.

A Entidade realizou durante os exercícios de 2019 e de 2018 diversos atendimentos ao SUS, que aplicado à nova regra, conforme portaria 834 de 27/04/2016, resultou num total de 75,33% e de 74,81% de atendimento aos pacientes do SUS, respectivamente, conforme quadro abaixo:

Em 2019

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS) - http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe	30.146	18.216	48.362
% (Percentual)	62,33%	37,67%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10%	Port. GM/MS 834/2016	
rede cegonha	1,50%	Portaria MS-GM nº11/2015	
rede oncologia	1,50%	Portaria MS-GM nº3.679/2018	
TOTAL % Atendimento SUS	75,33%		

Em 2018

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS) - http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe	27.854	17.203	45.057
% (Percentual)	61,81%	38,18%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10%	Port. GM/MS 834/2016	
rede cegonha	1,50%	Portaria MS-GM nº 11/2015	
rede oncologia	1,50%	Portaria MS-GM nº.3.679/2018	
TOTAL % Atendimento SUS	74,81%		

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 15P209523/O-2

21. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2019 e de 2018, correspondem aos montantes de R\$12.841.730 e de R\$ 11.559.750, respectivamente.

22. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

O corpo Jurídico da Santa Casa analisou e classificou todos os processos quanto à contingência – ativa ou passiva – em provável, possível ou remota, justificando cada processo em fichas próprias, onde constam todas as informações necessárias aos auditores, além da competente assinatura, carimbo e registro na Ordem dos Advogados do Brasil de cada um dos respectivos patronos das causas.

Em virtude desse trabalho, foi possível aos administradores relacionar cada uma das situações, restando, pois, as seguintes providências:

As ações de contingência passiva provável somam o montante de R\$952.931 em 31.12.2019 (Em 2018 – R\$ 669.461) e foi constituída a devida provisão de contingência lançada em conta própria. As ações de contingência passiva possível somam o montante de R\$21.782.043 em 31.12.2019 (Em 2018 – R\$ 17.254.482) e não foram contabilizadas, sendo oferecida apenas uma Nota Explicativa no balanço patrimonial do exercício de 2019, especificando o valor de cada uma delas, obedecendo à simples divulgação imposta pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As ações de contingência passiva remota não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme permissivo pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, esclarecendo-se que as justificativas de contingências remotas foram devidamente avaliadas pelo corpo jurídico da Santa Casa.

As respectivas demandas contam, ou com a exclusão da Santa Casa de polo passivo, ou então são demandas que detêm decisão judicial no sentido de procedência para a Santa Casa. As ações de contingências ativas possíveis, e de contingências ativas remotas, não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

23. PROCESSO JUDICIAL – PIS – Programa de Integração Social

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que concedeu Antecipação de Tutela suspendendo a cobrança. Dessa forma, a administração optou em não recolher e constituir provisão.

24. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

Ivã Molina
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 15720952370-2

25. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2019 e de 2018 a Entidade apurou um custo de R\$842.527 e de R\$806.400, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração da entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre o ativo imobilizado, no montante de R\$61.750.000(Em 2018- R\$ 57.310.000).

27. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O ajuste de exercício anterior é referente a baixa de adiantamento de fornecedores, baixa de depósito judicial e fiscal, ajuste de contas a receber e glosas recusadas e a recursar e ativo imobilizado.

Ivã Molin
Provedor

Cleonice Nunes da Silva
Contadora
CRC 1SP20952370-2